

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.204.266 - SP (2017/0292619-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADOS** : JOSÉ ROBERTO RIBEIRO - SP056695  
MARCIAL HERCULINO DE HOLLANDA FILHO E OUTRO(S) -  
SP032381  
MARÍLIA PAOLUCCI HERCULINO - SP240441  
**AGRAVADO** : JOSE BITTAR - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : REINALDO LUCON - INVENTARIANTE  
**ADVOGADOS** : JÚLIO VICENTE DE VASCONCELLOS CARVALHO -  
SP159259  
CELSO AUGUSTO MAGALHÃES DE A. LARANJEIRAS -  
SP157121  
**INTERES.** : COMERCIAL DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS  
AGRO-PECUARIOS AGROPECOL LTDA - ME

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por ITAU UNIBANCO S.A em face da decisão acostada à fl. 499 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 428-434 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL - Recurso já julgado por decisão colegiada que havia negado provimento, e aplicado sanção cominatória pela caracterização da litigância de má-fé - Interposição de Recurso Especial submetido ao procedimento do art. 543-C - Julgamento do STJ que concluiu pelo descabimento da sanção quando o fundamento da interposição do agravo for a abertura de instância - Retorno dos autos a esta instância - Submissão do Órgão Julgador ao entendimento consolidado na instância superior somente nesta extensão - Decisão do agravo interno reformulada nos termos constantes nesta decisão, anotando-se que permanece o não provimento do agravo recurso.

DISPOSITIVO: Decisão do agravo interno reformulada para afastar a sanção cominatória, anotando-se que permanece o não provimento do recurso.

Opostos embargos de declaração (fls. 440-442 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 450-457), com imposição de sanções por litigância de má-fé.

Nas razões de recurso especial (fls. 463-478 e-STJ), alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou o disposto nos artigos 17, inc. II, 18, §2º, do CPC/73, sustentando o descabimento das sanções aplicadas, ao argumento de que não haveria dolo específico e não teriam sido demonstrados os prejuízos sofridos pela parte adversa.

Contrarrazões às fls. 483-496 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 502-516 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 519-536 e-STJ.

É o relatório. Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. A Corte de origem assim fundamentou a aplicação das sanções por litigância de má-fé (fls. 454-457 e-STJ):

Observa-se que a pretensão recursal revela tão somente a intenção de nova análise das circunstâncias que envolvem a lide e alteração do posicionamento da Turma Julgadora, não incidindo na hipótese, portanto, nenhum dos vícios que fundamentam o acolhimento dos embargos declaratórios, não havendo a contradição suscitada nas razões dos embargos de declaração.

Ademais, ao contrário do sofisma engendrado, a própria embargante demonstra que entendeu o que foi indicado na decisão colegiada, pois tem ciência de que no julgamento original do agravo interno, além de condenada ao pagamento da multa prevista no art. 557, § 2º do CPC, também foi condenada a indenizar a recorrida em quantia equivalente a 1% do valor atualizado da causa, pela litigância de má-fé observada (fl. 368-369):

Em razão do exposto, nega-se provimento ao agravo interno e condena-se de ofício a recorrente ao pagamento de multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e a indenizar o recorrido em quantia correspondente a 1% sobre a mesma base de cálculo em razão da litigância de má-fé observada pelo abuso do direito de recorrer (arts. 557, § 2º, e 18, caput, e § 2º, do CPC).

Assim, uma vez que o entendimento da instância superior é no sentido de que a interposição de agravo interno não enseja a multa prevista no art. 557, § 2º do CPC, o que foi acatado por esta Corte, houve o consenso de que no caso concreto a litigância de má-fé daquele recurso (agravo interno), também deveria ser afastada, em nenhum instante sendo revisto o que foi julgado no agravo de instrumento, inclusive a condenação às penas por litigância de má-fé.

Destarte, não se verifica pertinência na oposição dos embargos declaratórios do embargante que, ao resistir injustificadamente à conclusão do Órgão Colegiado, apresentando pretensão meramente infringente, transparece pouco zelo e intenção de tirar vantagem indevida no manejo do presente recurso.

Neste passo, de rigor a declaração de ofício da litigância de má-fé da embargante, que tenta alterar a verdade dos fatos ao interpor embargos de declaração visando o afastamento da condenação de litigância de má-fé no recurso de agravo de instrumento, que sabidamente não foi revisto (inciso II do art. 17 do Código de Processo Civil). A Maioria arbitra o valor da condenação indenizatória em 1% sobre o valor atualizado da causa, vencido o Relator na proposta de estabelecer a indenização em 20% sobre o valor atualizado da causa.

[...]

Observa-se também que não se verifica aqui colisão entre o art. 538 e os arts. 17 e 18 do Código de Processo Civil porque a hipótese do parágrafo único do art. 538 trata exclusivamente de embargos protelatórios e aqui o fundamento é diverso, previsto no art. 17 do diploma processual civil.

[...]

Por fim, convém consignar que “não há violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil quando o Tribunal de origem resolve a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese do recorrente” (REsp 716865 / RS, Ministro CASTRO MEIRA, Segunda Turma, j. 19.05.05, DJ 01.08.2005, p. 420).

Em razão do exposto, rejeitam-se os embargos declaratórios e condena-se de ofício a casa bancária embargante ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da causa atualizado e a indenizar a recorrida em quantia correspondente a 1% sobre a mesma base de cálculo em razão da litigância de má-fé observada pela tentativa de alteração da verdade dos fatos (arts. 17, inc. II; e 18, caput, e § 2º, do CPC). O Relator viu-se vencido na proposta de estabelecer a indenização em 20% sobre o valor atualizado da causa. [grifou-se]

Como se vê, a Corte estadual aplicou a sanção ao argumento de que o recorrente tentou “*alterar a verdade do fato*”, para ludibriar o juízo. Assim, a sanção fora aplicada com base no substrato fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE VÍCIO. EMBARGOS DE TERCEIRO. ILEGITIMIDADE DA PARTE. EMBARGOS DO DEVEDOR. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM COINCIDENTE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

[...]

4. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

5. No caso dos autos, o afastamento das conclusões do acórdão recorrido, quanto à caracterização da litigância de má-fé, demandaria análise de matéria de fato.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 850.342/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 13/11/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXTINTA EM RAZÃO DO PAGAMENTO. 1. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. NÃO VERIFICADA. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ RECONHECIDA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

3. No concernente à multa por litigância de má-fé, a Corte estadual aplicou a sanção ao argumento de que a recorrente agiu de forma temerária ao pleitear “valores indevidos, negado o recebimento de valores que, no curso do processo, eram incontroversos, com o claro propósito de locupletamento ilícito” (e-STJ, fl. 355). Assim, depreende-se que a multa foi aplicada com base no substrato fático-probatório dos autos,

cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula deste Tribunal.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 895.616/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PLANTIO DE GRAMA. DÍVIDA DEVIDAMENTE COMPROVADA. RECONVENÇÃO IMPROCEDENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO PELA RÉ DA EXISTÊNCIA DE VALORES A SEREM ABATIDOS. DOCUMENTOS SEM RESPALDO EM NOTAS FISCAIS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

3. Nesse contexto, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido como pleiteado pela recorrente, seja quanto à inexistência de dívida, seja quanto à inexistência de litigância de má-fé, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 491.440/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 03/10/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONDENAÇÃO DO ADVOGADO POR LIDE TEMERÁRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE APONTAR VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA Nº 211/STJ. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DE PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7/STJ.

[...]

3. Reconhecida a litigância de má-fé, o afastamento da multa fixada nesse sentido esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 605.001/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 26/08/2015) [grifou-se]

**2.** Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator